

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO, com sede em Americana, Estado de São Paulo, à Rua Dom Bosco, nº 100, é uma associação civil, sem fins lucrativos, de caráter educacional, cultural e de assistência social, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (C.N.P.J.) sob nº 44.679.207/0001-00, tendo por finalidade oferecer e desenvolver o ensino de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissionalizante técnica, educação moral, cívica e religiosa, promover atividades culturais, dedicar-se às obras de promoção humana, beneficente, filantrópica e de Assistência Social e assistir através de Convênios Filantrópicos, instituições de educação, cultura e assistência social regido pelo Estatuto Social e pela legislação aplicável.

A Entidade ofereceu no ano de 2018 gratuitades escolares conforme previsto no Artigo 13 da Lei nº 12.101, de 2009, alterada nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242/2014.

As Demonstrações Contábeis incluem o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Superávit ou Déficits, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Resultado Abrangente e dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas notas explicativas.

A autorização para a conclusão das Demonstrações Contábeis foi dada pela Diretoria em 01 de março de 2019.

## Status dos Certificados

A Entidade protocolizou tempestivamente o pedido de renovação do CEBAS – Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, através do processo nº 71.000.051556/2009-59, deferido pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS em 15/06/2010, com validade para o período de 01/01/2010 a 31/12/2012, e encontra-se em análise os seguintes processos 23000011088201232 de 02/08/2012 e 23000004495201536 de 31/03/2015 e em 27/04/2018 foi enviado o novo pedido de renovação, porém ainda não há número de processo junto ao CEBAS.

6

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais vêm sendo aplicadas de modo consistente e uniforme em todos os exercícios apresentados.

## 2.1 Base da Preparação:

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com o CPC PMEs (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, de 10 de dezembro de 2009, que aprovou a NBC TG 1000 (R1), e Resolução CFC nº 1.409/12, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 (R1), aplicável a Entidades sem Finalidade de Lucros, bem como a legislação fiscal e tributária. Estão sendo divulgadas de forma comparativa às do exercício anterior.

## 2.2 Apuração do Resultado – Receitas e Despesas:

A Receita de serviços inclui mensalidades, matrículas, taxas de inscrições em cursos e vestibulares e outras prestações e serviços, sendo registrada no mês em que os serviços são prestados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. A receita é apresentada líquida dos abatimentos e descontos e das devoluções de serviços.

Os custos e despesas estão sendo registrados pelo princípio de competência do exercício.

As gratuitades concedidas estão sendo apresentadas na Nota nº 12 e estão em conformidade com a Lei nº 12.101/09, alterada nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242/2014, tendo sido alocadas em contas de resultados.

## 2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

## 2.4 Valores Mobiliários:

São aplicações financeiras resgatáveis após 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

## 2.5 Contas a Receber:

Referem-se a direitos a receber de alunos, pela contraprestação de serviços educacionais, deduzido de Estimativa para perdas constituídas para fazer face aos valores incobráveis por inadimplência dos devedores.

## 2.6 Imobilizado:

Os Bens do Imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição deduzido da depreciação, a qual é calculada pelo método linear durante a vida estimada dos bens, reduzido ao valor recuperável se necessário. As taxas estão identificadas na Nota Explicativa nº 7 (sete).

## 2.7 Intangível:

Os Ativos Intangíveis estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, a qual é calculada pelo método linear durante a vida estimada dos bens, reduzido ao valor recuperável, se necessário.

## 2.8 Avaliação do Valor Recuperável de Ativos (Teste de "Impairment"):

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

## 2.9 Fornecedores e Contas a Pagar:

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, classificados como passivo circulante, pois o vencimento é devido no período de até um ano.

## 2.10 Impostos e Contribuições a Pagar:

Foram registrados os valores efetivamente devidos e inclui a licença remunerada (férias) com os respectivos encargos já incorridos até a data do balanço.

## 2.11 Receitas Antecipadas:

Referem-se ao recebimento antecipado de matrículas e parcelas de anuidades do exercício seguinte, recebidas no exercício corrente, que serão reconhecidas no Resultado do exercício de acordo com o regime de Competência.

## 2.12 Provisões para Contingências:

A Instituição efetua o reconhecimento de provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e impostos) quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e seja provável a saída de recursos necessária para liquidar a obrigação, bem como o valor tiver sido estimado com segurança.

## 2.13 Patrimônio Líquido:

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social Inicial, acrescido dos valores dos Superávits e diminuídos dos valores dos Déficits. O Superávit/Déficit do Exercício será incorporado ao Patrimônio Social após a apreciação e autorização de sua Diretoria em Assembleia Geral.

## 2.14 Aplicação de Recursos:

8

Os recursos da Entidade são aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu estatuto social, demonstrado por suas despesas e seus investimentos patrimoniais.

## 2.15 Imunidade Tributária:

Uma vez que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente no País os recursos para manutenção de seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune de impostos federais e estaduais incidentes sobre seu patrimônio, sua renda e seus serviços (Constituição Federal, Artigo 150, e Código Tributário Nacional, Artigo 14).

## 2.16 Instrumentos Financeiros:

Os instrumentos financeiros utilizados pela Entidade restringem-se às aplicações financeiras de curto prazo, contas a receber e fornecedores, em condições normais de mercado. Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, a rentabilidade e a minimização de riscos. A Entidade não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

## 2.17 Partes Relacionadas

Contrato de Locação – A Instituição possui um contrato de locação com o Liceu Coração de Jesus Unidade Americana, o qual utiliza o imóvel do Instituto Salesiano Dom Bosco, localizado à Rua Dom Bosco nº 100, em Americana, vigente até 31/12/2018.

## 2.18 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Entidade elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação complementar, pois sua apresentação não é requerida pelas normas contábeis para a entidade sem finalidade de lucros.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31.12.18	SALDO EM 31.12.17
Caixa	19.273,89	15.612,16
Bancos Conta Movimento	1.475,73	86,24
Aplicações Financeiras	1.431.902,50	2.397.781,33
<b>TOTAL</b>	<b>1.452.652,12</b>	<b>2.413.479,73</b>

## Composição das Aplicações Financeiras:

TIPO	31.12.2018	31.12.2017
CDB Aplicação Automática	798.932,21	1.804.882,19
Compromissada DI	0,00	0,00
Executive RF - Safra	632.970,29	592.899,14
<b>TOTAL</b>	<b>1.431.902,50</b>	<b>2.397.781,33</b>

As aplicações financeiras estão representadas, substancialmente, por aplicações em fundos de investimento financeiro e em títulos privados emitidos por instituições financeiras de primeira linha de alta liquidez, com rendimentos equivalentes às taxas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

## 4. BANCO COM RESTRIÇÃO E CONVÊNIOS E SUBVENÇÕES

BANCO	SALDO EM 31.12.18	SALDO EM 31.12.17
Banco do Brasil	17.139,68	3.501,00
<b>TOTAL</b>	<b>17.139,68</b>	<b>3.501,00</b>

Nesse exercício foi celebrado convênio entre a Prefeitura Municipal de Americana e o Instituto Salesiano Dom Bosco – Casa de Dom Bosco, visando a melhoria da qualidade de vida da população atendida pela entidade, sendo num total de R\$ 153.231,33, cujos valores foram contabilizados em "Receitas Educacionais/Assistenciais – Subvenções", para fazer face à manutenção de projetos sociais, educacionais e filantrópicos sob sua responsabilidade, totalmente aplicado no ano calendário.

## Convênios e Subvenções a Receber

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31.12.18	SALDO EM 31.12.17
Prefeitura Municipal de Americana	0,00	62.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>62.500,00</b>

## Convênios e Subvenções a Aprovar

DESCRIÇÃO	SALDO EM 31.12.18	SALDO EM 31.12.17
Prefeitura Municipal de Americana	0,00	49.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>49.500,00</b>

## 5. VALORES MOBILIÁRIOS

Curto Prazo:

BANCO	SALDO EM 31.12.18	SALDO EM 31.12.17
Banco Safra	1.101.703,00	1.035.020,90
<b>TOTAL</b>	<b>1.101.703,00</b>	<b>1.035.020,90</b>

São aplicações em operações compromissadas cujos vencimentos são acima de 90 dias.

Longo Prazo:

BANCO	TIPO	SALDO EM 31.12.18	SALDO EM 31.12.17	VENCIMENTO
Banco Itaú	CDB PLUS	1.530.825,03	1.445.611,27	23/06/2022
Banco Itaú	CDB PLUS	522.316,38	0,00	27/02/2023
<b>TOTAL</b>		<b>2.053.141,41</b>	<b>1.445.611,27</b>	

São aplicações em operações compromissadas cujos vencimentos são até 2023. É intenção da Administração a manutenção das aplicações até a data do vencimento.&lt;/

I - Demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 214 da Constituição Federal.

II - Atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e,

III - conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes;

#### Composição do número de alunos pagantes

#### Cálculo do número de bolsas com equivalência 5/1

Número de alunos pagantes	821
Número de bolsas integrais necessárias	164
Número de bolsas totais concedidas	186
Suficiência de bolsas integrais concedidas	22

Bolsas de Estudo Concedidas com base na Convenção Coletiva de Trabalho, celebrada entre Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de São Paulo, Sindicato dos Professores de Campinas e Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar de Campinas.

<b>BOLSAS DE ESTUDOS – C.C.T.</b>		<b>2018</b>
Bolsas de Estudo Concedidas por Força da Convenção Coletiva de Trabalho		75

#### 13. SEGREGAÇÃO DO BALANÇO POR ÁREA DE ATUAÇÃO DA ENTIDADE

O INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO é entidade com atividade preponderante na área de Educação e desenvolve atividades de assistência social. Em atendimento à Lei nº 12.101/09 - Artigo 2º, e Decreto nº 7.237/10 - Artigo 1º, alterada pela Lei nº 12.868/2013 e Decreto nº 8.242/2014, demonstra abaixo seu Balanço Demonstrativo Segregado por Área de Atuação:

#### BALANÇO DEMONSTRATIVO POR ATIVIDADE

Segregado por área de atuação  
31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em R\$ (Reais)

	<b>ATIVO POR ATIVIDADE</b>			
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>Educação</b>	<b>Assist. Social</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>2.949.813,15</b>	<b>21.342,86</b>	<b>3.548.133,55</b>	<b>74.041,49</b>
Caixas e Equivalentes de Caixa	1.452.167,00	485,12	2.412.038,19	1.441,54
Banco Com Restrição	0,00	17.139,68	0,00	3.501,00
Valores Mobiliários	1.101.703,00	0,00	1.035.020,90	0,00
Contas a Receber	2.553.324,51	0,00	2.204.348,18	0,00
(-) Estimativa de Perdas por Cred. Incobráveis	(2.193.459,26)	0,00	(2.112.669,74)	0,00

	<b>DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT POR ATIVIDADE</b>			
	<b>2018</b>		<b>2017</b>	
	<b>Educação</b>	<b>Assist. Social</b>	<b>Educação</b>	<b>Assist. Social</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>				
Receitas com Serviços	<b>12.347.538,07</b>	<b>0,00</b>	<b>12.272.299,21</b>	<b>0,00</b>
Contribuições de Alunos	12.347.538,07	0,00	12.272.299,21	0,00
Auxílios e Subvenções	103.984,40	125.834,25	496.432,66	200.579,60
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>12.451.522,47</b>	<b>125.834,25</b>	<b>12.768.731,87</b>	<b>200.579,60</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS</b>	<b>(4.828.270,25)</b>	<b>(0,00)</b>	<b>(4.606.061,29)</b>	<b>(2.703,71)</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT BRUTO</b>	<b>7.623.252,22</b>	<b>125.834,25</b>	<b>8.162.670,58</b>	<b>197.875,89</b>
<b>GRATUIDADES CONCEDIDAS</b>	<b>(3.245.493,00)</b>	<b>0,00</b>	<b>(3.477.207,18)</b>	<b>0,00</b>
Custos Com Gratuidades Educacionais	(3.235.665,00)	0,00	(2.272.859,50)	0,00
Custos Com Gratuidades Assistenciais	0,00	0,00	(386.243,68)	0,00

Custos Com Bolsas de Estudos – C.C.T.	(919.828,00)	0,00	(818.104,00)	0,00
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(4.591.808,78)</b>	<b>(510.743,68)</b>	<b>(3.986.941,76)</b>	<b>(589.428,11)</b>
Administrativas	(4.331.182,56)	(469.778,58)	(3.746.724,10)	(549.595,29)
Tributárias	(6.042,88)	(24,45)	(4.166,35)	(244,59)
Depreciações/Amortizações	(813.415,41)	(40.940,65)	(791.471,30)	(39.383,23)
Estimativas de Perdas por Créditos Incobráveis	(2.193.459,26)	0,00	(2.112.669,74)	0,00
Reversão de Provisão	2.112.669,74	0,00	1.886.004,88	0,00
Recuperação de Despesas	43.261,48	0,00	65.443,65	0,00
Outras Receitas	597.222,92	0,00	719.104,96	0,00
Outras Despesas	(862,81)	(0,00)	(2.463,76)	(205,00)
<b>RESULTADO DAS OPERAÇÕES ANTES RECEITAS/DESP. FINANCEIRAS</b>	<b>(214.049,56)</b>	<b>(384.909,43)</b>	<b>698.521,64</b>	<b>(391.552,22)</b>
Despesas Financeiras	(393.124,53)	(1.970,63)	(697.100,19)	(1.365,59)
Receitas Financeiras	304.630,21	28,58	455.353,95	6.674,13
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>(302.543,88)</b>	<b>(386.851,48)</b>	<b>456.775,40</b>	<b>(386.243,68)</b>

#### 14. ISENÇÕES USUFRUIDAS

São demonstrados, como se devido fossem, os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas durante o exercício 2018:

INSS Valor R\$ 1.563.941,36

#### 15. RECEITAS LÍQUIDAS

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Anuidades Escolares	14.062.468,00	13.925.183,36
Deduções e Abatimentos	(1.714.929,93)	(1.652.884,15)
<b>Receita Líquida</b>	<b>12.347.538,07</b>	<b>12.272.299,21</b>

#### 16. SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Instituição efetua contratações de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. Os seguros contratados no ano-calendário 2018 foram:

	<b>SEGURADORA</b>	<b>VIGÊNCIA</b>	<b>OBJETO SEGURADO</b>	<b>VALOR TOTAL SEGURADO</b>
Tokio Marine Seguradora	24/01/2018 à 24/01/2019	Prédio Rua Dom Bosco	20.595.000,00	
Sompo Seguros	04/06/2018 à 04/06/2019	Veículo Gol Trendline	30.033,00	
Sul América Seguros	27/05/2018 à 27/05/2019	Veículo Ford 4000 Turbo	37.501,00	
Tokio Marine Seguradora	04/12/2018 à 04/12/2019	Veículo Fox 1.6 Connect	46.208,00	
Porto Seguros	24/06/2018 à 24/06/2019	Prédio Rua dos Colibris	667.000,00	

**Pe. José Adilson Morgado** **Maria Aparecida Carneiro Jorgetto**  
Diretor Financeiro TC CRC 1SP 159.230/O-6  
CPF nº 049.554.848-08

**PATRIMÔNIO LÍQUIDO** **11.803.871,35** **195.859,73** **12.513.239,82** **175.886,62**

Patrimônio Social 12.106.415,23

Superávit / Déficit do Exercício (302.543,88)

14.176.392,90 242.422,96 14.818.371,54 265.708,04

a qualquer hora,  
em qualquer lugar,

**CONEC-TADOS.**



SIGA:  
 [jornal tododia](http://www.tododia.com.br)

**ACESSE:**  
[www.tododia.com.br](http://www.tododia.com.br)

**TODODIA**

**Editais,**  
Certeza de uma  
ótima publicação!



**TODODIA**

#### EDIRLEI FERNANDES

Leiloeiro Oficial - JUCESP 718

Realização:



[www.sumareleiloes.com.br](http://www.sumareleiloes.com.br) | 019 3803.9000

**LEILÃO DE VEÍCULOS SUCATA E DOCUMENTO**  
Data do Leilão: 09/04/2019 - A partir das 10h  
Local do Leilão: Estrada Municipal Teodor Condiev, 970, 10º andar (on-line)  
Comitente: Unidades de Mogi Guaçu e Estiva Gerbi

**VISITAÇÃO:</b**

**Demonstrações Financeiras****INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO**

31 de dezembro de 2018  
Com Relatório dos Auditores Independentes

**Índice****Demonstrações Contábeis**

	Página
Balanços Patrimoniais	1
Demonstração do Superávit ou Déficit	2
Demonstração do Resultado Abrangente	2
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	3
Demonstração dos Fluxos de Caixa	4
Demonstração do Valor Adicionado	5
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis	6/16

**Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Administradores da  
INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO  
AMERICANA – SP

**OPINIÃO**

Examinamos as Demonstrações Contábeis do INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**BASE PARA OPINIÃO**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Opinião". Examinamos as Demonstrações Contábeis do INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2018 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SALESIANO DOM BOSCO em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**OUTROS ASSUNTOS**

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 preparada sob a responsabilidade da Administração da Entidade e apresentada como informação complementar, pois sua apresentação não é requerida pelas normas contábeis para entidades finalidade de lucros. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR**

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nesse exercício a Administração da Entidade não elaborou este relatório, portanto, não temos nada a relatar a este respeito.

**RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITÓRIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectaria as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 14 de Março de 2019.  
PGBR RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

CRC 2SP 002000/0-0  
Member

MILTON MIRANDA RODRIGUES

Sócio-Diretor

Contador CRC 1SP 112905/O-5

CPF 032.231.618-99

<b>ATIVO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>2.971.156,01</b>	<b>3.622.175,04</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	1.452.652,12	2.413.479,73
Banco com restrição	4	17.139,68	3.501,00
Valores Mobiliários	5	1.101.703,00	1.035.020,90
Contas a Receber	6	359.865,25	91.678,44
Adiantamentos		33.312,55	9.959,87
Convênios e Subvenções a Receber	4	0,00	62.500,00
Almoxarifado		222,76	0,00
Despesas Antecipadas		6.260,65	6.035,10
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.447.659,85</b>	<b>11.461.904,54</b>
Depósito Judicial		100.946,37	100.946,37
Valores Mobiliários	5	2.053.141,41	1.445.611,27
Imobilizado	7	9.250.827,83	9.880.569,86
Intangível	8	42.744,24	34.777,04
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>14.418.815,86</b>	<b>15.084.079,58</b>

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>1.688.394,82</b>	<b>1.664.263,18</b>
Fornecedores		75.759,26	27.304,97
Contas a Pagar		3.824,27	6.958,30
Remunerações a Pagar	9	670.657,41	563.953,28
Impostos e Contribuições a Pagar	10	220.816,67	197.611,02
Receitas Antecipadas	4	717.327,21	818.935,61
Convênios e Subvenções a Apropriar		0,00	49.500,00
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>730.689,96</b>	<b>730.689,96</b>
Provisão para Contingências	11	730.689,96	730.689,96
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.999.731,08</b>	<b>12.618.594,72</b>
Patrimônio Social		12.689.126,44	12.618.594,72
Superávit/ (Déficit) do Exercício		(689.395,36)	70.531,72
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO</b>		<b>14.418.815,86</b>	<b>15.084.079,58</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

<b>DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT</b>	<b>NOTAS</b>	<b>31.12.18</b>	<b>31.12.17</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>12.577.356,72</b>	<b>12.969.311,47</b>
Contribuições de Alunos	15	12.347.538,07	12.272.299,21
Auxílios e Subvenções		229.818,65	697.012,26
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>		<b>12.577.356,72</b>	<b>12.969.311,47</b>
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS</b>		<b>(4.828.270,25)</b>	<b>(4.608.765,00)</b>
<b>GRATUITADES CONCEDIDAS</b>		<b>(3.245.493,00)</b>	<b>(3.477.207,18)</b>
Custos com Gratuidades Educacionais	12	(2.325.665,00)	(2.272.859,50)
Cust			